



ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem

1. Relatório

Por ofício datado de 23 de Janeiro de 2013, o Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem fez chegar a este Conselho de Disciplina uma participação relativa à atleta [REDACTED], portadora da licença federativa número [REDACTED]

Por despacho de 1 de Março de 2013, lavrado no rosto do referido, foi determinado pelo Exmo. Presidente do Conselho de Disciplina a instauração do competente processo disciplinar, nomeando como instrutor o Exmo. Sr. Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

Em 7 de Março de 2013, a arguida foi notificada nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 7, número 2, do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem por carta registada com aviso de recepção, recebida por terceira pessoa.

Elaborada a nota de culpa, foi a mesma notificada à arguida [REDACTED] por carta registada com aviso de recepção – artigo 7.3.4 do RDFPC –, assinada por terceira pessoa em 16 de Maio de 2013 – cf. folhas 18 a 29.

Na nota de culpa foi imputada à arguida *“a infracção prevista no número 4 ex vi número 5 do ponto 10.1 do Anexo I do Código de Conduta dos Praticantes, constante e parte integrante do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, entrado em vigor em Novembro de 2006:*

1. *O praticante que, tendo aceite a convocatória, falte aos trabalhos, treinos, estágios ou concentração da selecção nacional será punido com pena de suspensão de 3 a 5 provas ou de 2 a 3 meses;*
2. *O atleta que, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição, sem justificação*

recusar aceitar a convocação para a selecção, será punido nos termos do número anterior.”



A arguida não apresentou defesa escrita.

Decorrido o prazo regulamentar, o Exmo. Sr. Instrutor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira elaborou proposta de decisão na qual, após enunciação dos factos provados e respectiva integração no direito, conclui pela aplicação da pena única de 2 (dois) meses de suspensão de toda a actividade desportiva, com execução suspensa até ao final da época desportiva em curso, nos termos do estatuído no ponto 9.3, números 1 e 2, do Regulamento Disciplinar.

*

2. Matéria de facto provada

1. A Atleta é portadora da licença federativa n.º [REDACTED]
2. E pertence, actualmente, aos quadros do [REDACTED] com sede na [REDACTED]
3. A Atleta compete no escalão de seniores e não tem averbado no respectivo boletim individual qualquer registo de infracção disciplinar.
4. Por comunicação datada de 28 de Dezembro de 2012 foi a Atleta convocada para participar no estágio da Selecção Nacional de Velocidade Sénior e Sub23, a realizar-se no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, com início no dia 7 de Janeiro de 2013, às 10.00 horas, e término no dia 19 de Janeiro de 2013, às 14.00 horas.
5. Em 3 de Janeiro 2013 a Atleta enviou não só mas também para o endereço de correio electrónico da Federação Portuguesa de Canoagem – geral@fpcoanogcm.pt – um pedido de dispensa do estágio para o qual havia sido convocada.
6. O pedido de dispensa apresentado pela Atleta foi acompanhado de uma exposição de motivos.
7. Em 4 de Janeiro de 2013 a Federação Portuguesa de Canoagem comunicou à arguida o indeferimento do pedido de dispensa por si formulado, informando-a de que deveria integrar o estágio no dia 7 de Janeiro de 2013, às 14.30 horas, para uma reunião com a Equipa Técnica e elementos da Direcção responsáveis pelo Plano de Alto Rendimento.

8. Nesse mesmo dia, a arguida enviou à Federação Portuguesa de Canoagem uma mensagem de correio electrónico em que declarou aceitar ter de se apresentar no estágio para o qual havia sido convocada para avaliação pelo departamento técnico e médico.
9. Em 7 de Janeiro de 2013 a arguida compareceu no local do estágio para que havia sido convocada, reunindo-se, pelas 15.30 horas, com o Departamento Técnico da Federação Portuguesa de Canoagem para avaliação do seu pedido de dispensa.
10. No dia 14 de Janeiro de 2013 a Federação Portuguesa de Canoagem enviou à arguida uma mensagem de correio electrónico no qual a informava *“da impossibilidade de celebração de contrato referente à sua preparação Olímpica enquanto expressar a sua indisponível para cumprir com os requisitos e obrigações previstas no regulamento de alto rendimento, nomeadamente o cumprimento do plano de preparação previsto para a época 2013”*.

*

2. Matéria de facto não provada

1. A arguida faltou ao estágio da Selecção Nacional de Velocidade Sénior e Sub23, realizado no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, com início no dia 7 de Janeiro de 2013, às 10.00 horas, e término no dia 19 de Janeiro de 2013, às 14.00 horas;
2. A arguida recusou aceitar a convocação para a selecção nacional.

*

3. Fundamentação de facto

O juízo que vimos de formular relativamente à factualidade imputada à arguida decorre dos documentos juntos ao processo disciplinar de fls. 2 a 10. Tais documentos permitem dar como provada a factualidade acima descrita.

Cumprе referir que dos presentes autos não consta qualquer documento comprovativo de envio à arguida, por qualquer via ou meio, da convocatória para o estágio Selecção Nacional de Velocidade Sénior e Sub23, realizado no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho entre os dias 7 e 19 de Janeiro de 2013. Não obstante, resulta da troca de correspondência electrónica constante de fls. 3 a 4, e, em concreto, da mensagem de correio electrónico enviada

pela arguida à Federação Portuguesa de Canoagem em 3 de Janeiro de 2013, que a arguida recebeu efectivamente a convocatória para o estágio da Selecção Nacional de Velocidade Sénior e Sub23.

Já no que respeita à reunião de avaliação havida em pleno estágio da Selecção Nacional de Velocidade Sénior e Sub23, no dia 7 de Janeiro de 2013, pelas 15.30, a mesma encontra-se devidamente documentada em acta assinada pelo Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, pelo Departamento Técnico da Federação, e pela própria arguida.

Faz-se notar, contudo, que dos autos não consta qualquer elemento de prova que permita a este Conselho de Disciplina saber se a arguida aceitou ou não a convocatória para estágio da Selecção Nacional de Velocidade Sénior e Sub23 ou sequer se a arguida esteve presente ou ausente naquele estágio.

Por bizarro que possa parecer, do acervo probatório resulta que a arguida foi convocada para o estágio da Selecção Nacional de Velocidade Sénior e Sub23; que a arguida pediu a sua dispensa do referido estágio; que a arguida esteve, no primeiro dia do estágio, no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, reunida com o Presidente e com a Direcção Técnica da Federação Portuguesa de Canoagem; que, no dia 14 de Janeiro de 2013, a Federação Portuguesa de Canoagem enviou à arguida uma mensagem de correio electrónico informando-a da impossibilidade de celebração de contrato referente à preparação da arguida para a sua participação olímpica; mas não resulta, directa ou indirectamente de qualquer elemento de prova, relativo a facto essencial ou, sequer a facto instrumental, que a arguida não tenha estado presente no estágio da Selecção para o qual foi convocada. *I.e.*, o Conselho de Disciplina não tem qualquer elemento que lhe permita verificar se a arguida faltou ao estágio para que tinha sido convocada.

A isto acresce que não existem quaisquer elementos que permitam concluir que a arguida não aceitou/se recusou a aceitar a convocatória para a selecção nacional. Aliás, parece decorrer da troca de correspondência electrónica havida entre a arguida e a Federação Portuguesa de Canoagem - fls. 3 e 4 –, concatenada com o teor da acta da reunião havida entre a arguida, o Presidente e a Direcção Técnica da Federação Portuguesa de Canoagem – fls. 7 a 9 – que a arguida, que a arguida sempre pretendeu representar a selecção nacional (*vide*, a título exemplificativo, o teor da exposição constante de fls. 5 e 6). O que transparece daqueles elementos probatórios é que a arguida manifestou a sua discordância quanto aos métodos de treino a que vinha sendo sujeita quando ao serviço da selecção, propondo-se seguir um plano e

ou um método de treino ou de orientação distintos. De tal posição assumida pela arguida não podemos, sem mais, concluir que esta recusou a convocatória para a selecção nacional.

4. Aplicação do Direito

Na nota de culpa elaborada e enviada à arguida foi-lhe imputada a prática da “*a infracção prevista no número 4 ex vi número 5 do ponto 10.1 do Anexo I do Código de Conduta dos Praticantes, constante e parte integrante do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, entrado em vigor em Novembro de 2006:*”

1. *O praticante que, tendo aceite a convocatória, falte aos trabalhos, treinos, estágios ou concentração da selecção nacional será punido com pena de suspensão de 3 a 5 provas ou de 2 a 3 meses;*

2. *O atleta que, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição, sem justificação recusar aceitar a convocação para a selecção, será punido nos termos do número anterior”.*

Começamos por referir que os números 4 e 5 do ponto 10.1 do Código de Conduta dos Praticantes – parte integrante do Regulamento Disciplinar – tipificam duas infracções disciplinares distintas.

De um turno, o número 4 do ponto 10.1 prevê – e sanciona – a hipótese de um praticante que, aceitando a convocatória que lhe seja dirigida pela Federação Portuguesa de Canoagem, falte aos trabalhos, treinos, estágios ou concentração da selecção nacional. Escalpelizando a hipótese legal, é sem dificuldade que concluimos que a infracção disciplinar prevista no número 4 do ponto 10.1 depende da verificação de dois elementos objectivos: (i) a aceitação da convocatória para a selecção nacional; (ii) a falta aos trabalhos, treinos, estágios ou concentração da selecção.

O número 5 do ponto 10.1, por seu turno, prevê – *idem* – a hipótese de um praticante (seguindo a terminologia mais empregue no Regulamento Disciplinar), com a especial qualidade de beneficiário dos apoios concedidos ao abrigo do Regime de Alta Competição, se recusar a aceitar a convocação para a selecção nacional, não apresentando qualquer motivo idóneo ou susceptível de justificar tal recusa.

Salvo melhor opinião, a reconstituição processual conseguida nos presentes autos relativamente à realidade histórica imputada à arguida não é suficiente para o preenchimento dos elementos objectivos dos tipos disciplinares dos números 4 e 5 do ponto 10.1.



No que respeita ao tipo disciplinar previsto no número 4 do ponto 10.1, não existe nos autos qualquer elemento comprovador de que a arguida faltou efectivamente ao estágio. Sabemos das relutâncias e ou reservas da arguida quanto aos métodos e planeamento de treino propostos e executados pela direcção técnica da selecção nacional; sabemos que a arguida esteve reunida, no centro de estágio, com o Presidente e com a direcção técnica da FPC; mas não sabemos se a arguida esteve presente ou faltou ao estágio da selecção para que estava convocada. É que em “momento” algum dos presentes autos existe a referência ou indicação de que a arguida esteve ausente do estágio.

Reconhecemos que há factos, situações e ou circunstâncias relativamente às quais a actividade investigatória da instrução disciplinar encontra as maiores dificuldades na reprodução processual da realidade histórica, seja pelo decurso do tempo, seja pela falta de colaboração das testemunhas que, regularmente notificadas para o efeito, não se apresentam para serem inquiridas... este não é, porém, um desses casos. Bastaria à instrução ter notificado a direcção técnica da Federação Portuguesa de Canoagem para que viesse aos presentes autos informar se a arguida esteve ou não presente no estágio da selecção nacional de velocidade sénior e sub 23 nos dias em que este se realizou. Não o fez, porém. E ao não o fazer deixou a instrução “manca” de prova relativamente a um dos elementos objectivos do tipo disciplinar. Fazemos notar que a ausência da arguida ao estágio da selecção para que fora convocada foi presumida ao longo de toda a instrução, presunção que se estendeu à proposta de decisão elaborada pelo Senhor Instrutor. Ora, tal presunção não assenta em nenhum facto base relativamente ao qual tenha sido produzida prova.

Et pour cause, não se encontram preenchidos os elementos objectivos do tipo disciplinar previsto no número 4 do ponto 10.1 do Código de Conduta dos Praticantes.

E será que a conduta da arguida é susceptível de enquadramento no número 5 do ponto 10.1 do Código de Conduta dos Praticantes?

Cremos que não.

Como resulta do juízo acima formulado relativamente à matéria de facto, não cremos que a arguida se tenha recusado a aceitar a convocatória para a selecção nacional. Resulta do acervo probatório respigado em sede de fundamentação de facto que a arguida não se recusou a ser convocada para a selecção nacional. Pelo contrário, a arguida sempre fez referência ao facto de “pertencer à selecção”, manifestando a sua vontade de dela continuar a fazer parte, representando-a competitivamente.

Aliás, parece decorrer de todas as comunicações, exposições, e declarações da arguida que esta pretendia melhorar as suas prestações ao serviço da selecção nacional. Pretendia, contudo, fazê-lo com recurso a técnicas, métodos e planeamento de treino distintos daqueles seguidos pelo Departamento Técnico da especialidade em que representa a selecção nacional.

A manifestação de uma opinião discordante daquela do Departamento Técnico da Selecção Nacional, nos termos e modos em que foi feita, e mesmo que por referência às técnicas, métodos e planeamento, não merece qualquer censura.

Censura (e disciplinar) mereceria, isso sim, a recusa injustificada em ser convocada para a selecção nacional.

Ora, com base no factuality dada como provada, não se pode afirmar que a arguida se tenha recusado a ser convocada para a selecção.

Em primeiro lugar, a arguida compareceu no CAR de Montemo-o-Velho no dia 7 de Janeiro, pelo menos às 15.30 horas, momento em que se reuniu com elementos da Federação Portuguesa de Canoagem e com o Departamento Técnico da Selecção Nacional.

Em segundo lugar, os presentes autos não conhecem se a arguida permaneceu integrada no estágio após a conclusão daquela reunião.

Em terceiro lugar, só em 14 de Janeiro de 2013, decorrido que se encontrava mais de metade do estágio, é que a Federação Portuguesa de Canoagem enviou à arguida uma mensagem de correio electrónico informando-a da *“impossibilidade de celebração de contrato referente à sua [da arguida] preparação Olímpica enquanto expressar a sua indisponível para cumprir com os requisitos e obrigações previstas no regulamento de Alto rendimento, nomeadamente o cumprimento do plano de preparação previsto para a época 2013”*.

Por último, os presentes autos não conhecem qualquer facto que se tenha seguido a esta comunicação. *I.e.*, desconhecemos qual a concreta atitude adoptada pela arguida após recepcionar a mensagem de correio electrónico vinda de transcrever.

A recusa em aceitar uma convocatória para a Selecção Nacional implica uma concreta acção de rejeição, de repúdio, de não aceitação. Ora, pelo que nos é dado a conhecer pelo “produto” da instrução levada a cabo, não é possível afirmar a verificação de tal factuality típica. Assim sendo, não se encontram preenchidos, igualmente os elementos típicos da infracção prevista e punida pelo número 5 do ponto 10.1 do Código de Conduta dos Praticantes integrante do Regulamento Disciplinar.

*

5. Decisão

Nos termos e com os fundamentos acima expostos, julga-se a acusação improcedente por não provada, ordenando-se o arquivamento dos presentes autos.

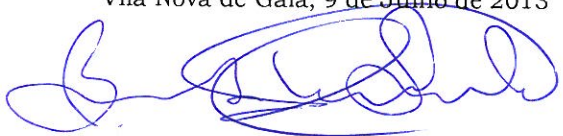
*

Notifique.

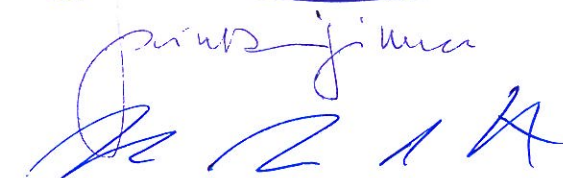
*

Publique-se a deliberação no site da internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto no artigo 8º /1/b do DL nº 248-B/2008, de 31.12, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais.

Vila Nova de Gaia, 9 de Julho de 2013



Handwritten signature in blue ink, likely of the President of the Portuguese Canoe Federation.



Handwritten signature in blue ink, likely of the Secretary of the Portuguese Canoe Federation.